

**AÇÕES AFIRMA-
TIVAS NOS PRO-
GRAMAS DE PÓS-
-GRADUAÇÃO
STRICTO SEN-
SU DO INSTITU-
TO FEDERAL DE
MATO GROSSO**
*AFFIRMATIVE AC-
TIONS IN STRICT
SENSU POSTGRA-
DUATE PROGRAMS
AT THE FEDERAL
INSTITUTE OF
MATO GROSSO*

Fábio Alexandre Leal dos Santos¹

¹ Pós-doutorando – Programa de Pós-Graduação Stricto Sensu em Ensino. Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso. Cuiabá-MT. Brasil. alexandre1607@gmail.com.

Resumo: O objetivo deste estudo é analisar a política de ação afirmativa adotada por programas de pós-graduação stricto sensu do Instituto Federal de Mato Grosso, IFMT, no período de 2017 – 2022, identificando as modalidades, critérios e grupos sociais contemplados². Uma análise documental foi realizada, sendo incluídos no presente estudo os apenas os editais publicados no período de 2017-2023, pois assim estariam em consonância com a Portaria Normativa 13/2016 do Ministério da Educação (MEC) instituída em 11 de maio de 2016. Essa portaria dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação e estabelece diretrizes para a promoção da inclusão de grupos historicamente excluídos nesse nível de ensino. A modalidade de ação afirmativa implementada pelos programas é a reserva de vagas, os critérios são étnico-racial e pessoas com deficiência e os grupos sociais contemplados são pretos, pardos, indígenas e pessoas com deficiência. Este estudo integra o projeto aprovado e financiado pela Capes – PDPG- Alteridade na Pós-Graduação, intitulado: A política de ação afirmativa em Institutos Federais de Educação: a questão do acesso e permanência dos discentes.

Palavras-chave: Alteridade. Pós-graduação. Instituto Federal de Mato Grosso. IFMT

Abstract: The objective of this study is to analyze the affirmative action policy adopted by stricto sensu postgraduate programs at the Federal Institute of Mato Grosso, IFMT, in the period 2017 – 2022, identifying the modalities, criteria, and social groups covered. A documentary analysis was carried out, and only the notices published in the period 2017–2023 were included in the present study, as they would be in line with Normative Ordinance 13/2016 of the Ministry of Education (MEC) established on May 11, 2016. This ordinance provides for the induction of affirmative action in postgraduate studies and establishes guidelines for promoting the inclusion of historically excluded groups at this level of education. The type of affirmative action implemented by the programs is the reservation of places; the criteria are ethnic-racial and people with disabilities, and the social groups covered are black, mixed-race, indigenous people, and people with disabilities. This study is part of the project approved and financed by Capes – PDPG- Alterity in Postgraduate Studies, entitled: The affirmative action policy in Federal Institutes of Education: the issue of access and retention of students.

Keywords: Otherness. Postgraduate studies. Federal Institute of Mato Grosso, IFMT.

² Este estudo integra o projeto aprovado e financiado pela Capes – PDPG- Alteridade na Pós-Graduação, intitulado: A política de ação afirmativa em Institutos Federais de Educação: a questão do acesso e permanência dos discentes.

Introdução

As ações afirmativas, sobretudo as raciais desempenham um papel crucial na educação, especialmente no contexto brasileiro. Essas políticas visam corrigir desigualdades históricas, promover a inclusão de minorias raciais e garantir a diversidade no ambiente acadêmico (Casali, 2018). A implementação de ações afirmativas na educação superior, como a Lei de Cotas, tem sido fundamental para garantir o acesso equitativo de estudantes negros, contribuindo para a construção de uma representatividade mais equitativa e para a ampliação da presença negra na docência universitária (Gomes; Silva; Brito, 2021; Santana 2023).

Ademais, as políticas afirmativas raciais desafiam estereótipos, combatem o racismo estrutural e promovem a igualdade de oportunidades (Silvério 2002). Elas têm impacto não apenas na educação, mas também na sociedade em geral, contribuindo para desconstruir hierarquias raciais e combater a branquitude como referência dominante. A presença de estudantes negros na pós-graduação é essencial para a construção de uma representatividade mais democrática e para ampliar a diversidade na docência universitária.

O presente estudo alinha-se a essa linha de pensamento que tem em vista promover uma reflexão crítica sobre o conceito de alteridade e as suas implicações para o desenvolvimento de uma pós-graduação mais inclusiva e equitativa. Ao focar nas experiências de estudantes cotistas, propomos contribuir para a compreensão de como o conceito de alteridade pode ser operacionalizado no contexto da pós-graduação, bem como identificar as melhores práticas para apoiar o sucesso acadêmico

de grupos pouco representados.

A sociedade é marcada pelas diferenças, pelas diversidades permanentemente alternadas. Frente a isso, é um desafio para a humanidade ser justo, reconhecer o outro pelo outro, em uma perspectiva da ética da alteridade, da diferença. Nesse sentido, refletir sobre a alteridade implica a relação de aceitação ao diferente no mundo e com o mundo em que vivemos (Hall, 2011).

Nesse sentido, este estudo propõe-se a analisar a política de ação afirmativa adotada por programas de pós-graduação *stricto sensu* do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso, IFMT, no período de 2017 – 2022, identificando as modalidades, critérios e grupos sociais contemplados.

Procedimentos metodológicos

Trata-se de um estudo de abordagem qualitativa e de cunho documental (Ludke; André, 2015) com análise documental, ou seja, dos editais de programas de pós-graduação *stricto sensu* do IFMT entre os anos de 2017 e 2023 com vistas ao diagnóstico da situação de alteridade.

Realizou-se a análise dos editais de ingresso de três programas de pós-graduação *stricto sensu* do IFMT em busca das políticas relacionados às ações afirmativas. Isso inclui a estrutura legal para o sistema de cotas, bem como políticas e diretrizes emanadas por agências de financiamento e órgãos de credenciamento de programas de pós-graduação.

Assim sendo, foram consultados: 1) os programas com notas de 3 a 7 ofertados e coordenados pelo IFMT, conforme a avaliação quadrienal 2017 – 2020 publicada no Portal da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior

— CAPES — via plataforma Sucupira, com vistas a identificar o perfil dos programas (nome do programa, código do programa conforme dados da Capes, área do conhecimento, nota da Capes, endereço eletrônico), os editais de seleção buscados nos sítios eletrônicos de cada programa e codificá-los considerando a adoção de políticas de ações afirmativas, a característica geral da política, a forma de implementação, modalidades e critérios adotados, grupos sociais contemplados.

Os programas de pós-graduação *stricto sensu* pesquisados foram:

Química Tecnológica e Ambiental (PPGQTA). O mestrado Profissional em Química Tecnológica e Ambiental foi homologado na 182ª reunião do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior e reconhecido pela portaria 478 de 13 de maio de 2020, publicada no dia 15 do mesmo mês no Diário Oficial da União. Segundo a página oficial do programa, ele tem por objetivo:

“... formar profissionais qualificados em nível de pós-graduação *stricto sensu* para atuação na área da Química e as suas interfaces, com ênfase na prática profissional e inovação, visando atender as demandas do mercado de trabalho e de conhecimento especializado, contribuindo para a difusão de conhecimentos e para o desenvolvimento tecnológico, científico e socioeconômico do Estado de Mato Grosso” (IFMT, 2020, grifo nosso).

Duas linhas de pesquisa estão presentes no curso: Química e Monitoramento Ambiental e Química Tecnológica Aplicada a Processos industriais. A primeira turma, ingressante no ano de 2020 fora de 9 alunos, já no ano de 2021 foram admitidos 10 discentes.

Programa de pós-graduação *stricto sensu*: Ciência e

Tecnologia de Alimentos (PPGCTA). O mais antigo dos programas de pós-graduação stricto sensu do IFMT, teve a sua primeira turma no ano de 2012 com 10 alunos, visando oferecer um espaço de excelência para a formação de profissionais altamente qualificados na área de Ciência e Tecnologia de Alimentos. Desde então, o programa vem crescendo e consolidando-se como uma referência na região.

Com a suas duas linhas de pesquisa Qualidade dos alimentos e Desenvolvimento de produtos e processos. Teve o seu reconhecimento publicado na Portaria 978 de 27 de julho de 2012, segundo a homologação na reunião 124 do Conselho Técnico-Científico da Educação Superior do ano de 2011.

Programa de pós-graduação stricto sensu: Ensino (PPGEEn). Em parceria com a Universidade de Cuiabá (UNIC), esse programa de pós-graduação teve o seu reconhecimento, portaria 259 de 16 de fevereiro de 2017. Uma das principais características do PPGE é sua abordagem interdisciplinar. O programa tem em vista integrar conhecimentos de diferentes áreas, como pedagogia, psicologia, sociologia, filosofia e outras disciplinas relacionadas à educação. Isso permite uma compreensão mais ampla e aprofundada dos desafios e possibilidades do processo de ensino-aprendizagem.

Três são as linhas de pesquisa desse programa, Ensino de Linguagens e os seus códigos, Fundamentos Teóricos e Metodológicos da Educação Escolar e Ensino de Matemática, Ciências Naturais e suas tecnologias.

Resultados e discussão

Foram incluídos no presente estudo apenas os editais

publicados desde o ano de 2017, pois assim estariam em consonância com a Portaria Normativa 13/2016 editada pelo Ministério da Educação (MEC) em 11 de maio de 2016. Essa portaria dispõe sobre a indução de Ações Afirmativas na Pós-Graduação e estabelece diretrizes para a promoção da inclusão de grupos historicamente excluídos nesse nível de ensino.

Todos os editais publicados até então contaram com isenção na taxa de inscrição conforme a lei 8.112/90 no seu artigo e pelo decreto 6.593/08, assim como a Lei 12.799/2013 que dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior e a 98.394/1996 que estabelece as diretrizes e bases da educação nacional que dispõe sobre a isenção de pagamento de taxas para inscrição em processos seletivos de ingresso nos cursos das instituições federais de educação superior. Políticas de ações afirmativas para autodeclarados pretos e pardos, quilombolas e indígenas e pessoas com deficiência em atendimento à Resolução n.º 056/2019 do Conselho Superior - CONSUP IFMT.

Políticas de ações afirmativas nos editais

Observou-se que, todos os editais dos programas citados respeitaram as ações afirmativas preconizadas pela portaria normativa 13/2016 que induz à adoção de reserva de vagas para estudantes pretos, pardos, indígenas e com deficiência na pós-graduação. O programa de pós-graduação em Química Tecnológica e Ambiental implementa a modalidade e reserva de vagas específicas para pessoas pretas, pardas, indígenas e pessoas com deficiência e para profissionais empregados em

empresas filiadas ao SENAI- MT em atendimento ao Termo de Cooperação entre IFMT e SENAI-MT.

A dificuldade de encontrar informações claras sobre os candidatos cotistas em todos os programas no decorrer dos anos foi evidente. De maneira pontual foi possível fazer a separação de candidatos cotistas em alguns editais dos programas analisados. Entretanto vale salientar que o ingresso não necessariamente significa integralização dos cursos acessados por estudantes cotistas na realidade brasileira (Magalhães; Real, 2020; Santos *et al.*, 2022).

Informações públicas detalhadas sobre as ações afirmativas dos programas de pós-graduação são importantes para que a sociedade possa compreender como essas políticas estão sendo implementadas e para que os candidatos a esses programas possam tomar decisões informadas sobre sua candidatura. As informações públicas também podem ajudar a identificar problemas e lacunas nas políticas de ações afirmativas e a promover a melhoria dessas políticas.

Ao fornecer informações claras sobre as oportunidades e o apoio disponível através de programas de ação afirmativa, as instituições podem atrair um conjunto mais diversificado de candidatos e contribuir para a criação de um ambiente acadêmico mais inclusivo e plural. Informações públicas detalhadas sobre iniciativas de ação afirmativa em programas de pós-graduação são essenciais para promover a transparência, dissipar equívocos, facilitar a pesquisa, capacitar futuros estudantes e, em última análise, promover a diversidade e a inclusão no ensino superior.

Voltando ao Programa de Pós-Graduação em Química Tecnológica e Ambiental, o acordo de Cooperação 004/2019 citado

no edital não foi localizado na página do programa. O Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI) goza de reserva de 30% das vagas do Mestrado em questão, percentual superior às vagas reservadas para as pessoas pretas, pardas, indígenas e com deficiência.

A ausência de importância dada às ações afirmativas pode ser um reflexo da falta de compreensão sobre a necessidade e os benefícios dessas políticas. Muitas vezes, a resistência ou a falta de apoio às ações afirmativas podem estar relacionadas a preconceitos, desinformação ou falta de reconhecimento das desigualdades e injustiças históricas que essas políticas buscam corrigir (Arruda, 2023; Araújo; Musial; Jesus, 2022).

A falta de acuidade atribuída às ações afirmativas também pode estar relacionada a uma visão equivocada de que essas políticas representam privilégios injustos para determinados grupos, ignorando o contexto de desigualdade estrutural e histórica que justifica a implementação dessas medidas (Gomes; Ximenes, 2022). É importante ressaltar que as ações afirmativas não visam privilegiar um grupo em detrimento de outro, mas sim promover a equidade e a inclusão de grupos historicamente marginalizados (Bernardino, 2002; Farinon, 2018).

Ações afirmativas, vislumbre de mudanças

O histórico da edição da Portaria Normativa 13/2016 está relacionado à necessidade de promover a igualdade de oportunidades e o acesso à educação para grupos que enfrentam discriminação e desigualdades estruturais. A portaria foi uma resposta às demandas por políticas de inclusão na pós-graduação, visando superar as barreiras que dificultam a participação de

pessoas de diferentes origens e realidades (Venturini, 2021).

O papel das ações afirmativas na pós-graduação é fundamental para promover a diversidade e a equidade no ambiente acadêmico (Habowski; Conte; Jacobi, 2018). Essas políticas visam corrigir desigualdades históricas, garantir o acesso de grupos historicamente excluídos e promover a representatividade de minorias raciais na docência universitária (Corrêa, 2019). A implementação de ações afirmativas na pós-graduação contribui para a construção de um ambiente acadêmico mais inclusivo, diverso e representativo, permitindo a produção de conhecimento a partir de perspectivas decoloniais (Bernardino-Costa; Grosfoguel, 2016; Borges; Bernardino-Costa, 2022).

Ao aplicar uma perspectiva decolonial às ações afirmativas, é possível questionar não apenas a representatividade e a diversidade, mas também os próprios fundamentos sobre os quais essas políticas são construídas. Isso envolve recompensar as noções de mérito, excelência e inclusão, considerando as diferentes formas de conhecimento e as experiências de grupos historicamente marginalizados.

Arruda (2023) nesse estudo, pontua que a promoção da alteridade nos ambientes acadêmicos em nível de pós-graduação vai além da simples coexistência de diferentes grupos. Ela implica na criação de condições para que esses grupos sejam ouvidos, respeitados e valorizados. Isso requer a adoção de políticas inclusivas, a revisão dos currículos para torná-los mais representativos e inclusivos, a criação de espaços de diálogo e debate, e o incentivo à participação ativa de estudantes de grupos minoritários em atividades acadêmicas (Neto; Torres, 2020). Essas

ações contribuem para a construção de um ambiente acadêmico mais equitativo, no qual todas as vozes tenham a oportunidade de serem ouvidas e contribuírem para o conhecimento coletivo.

O presente estudo documental de viés qualitativo sofreu por ausência de dados empíricos como demonstrado. Trabalhamos com a perspectiva decolonial para evitar qualquer viés teórico afim de melhorar nosso poder de argumentação. A aplicação prática desse artigo tem em vista fomentar a discussão da alteridade na pós-graduação, assunto esse exaustivamente abordado na graduação.

Este estudo integra o projeto aprovado e financiado pela Capes – PDPG- Alteridade na Pós-Graduação, intitulado: A política de ação afirmativa em Institutos Federais de Educação: a questão do acesso e permanência dos discentes.

Considerações finais

A investigação sobre as ações afirmativas nos programas de pós-graduação do Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (IFMT) revelou uma série de percepções críticas sobre a implementação e o impacto destas políticas no contexto educacional brasileiro. Este estudo demonstrou não apenas a importância de se adotar políticas de inclusão e diversidade em instituições de ensino superior, mas também os desafios e oportunidades que surgem no processo de sua implementação.

Os programas de pós-graduação do IFMT estudados, implementam a ação afirmativa na modalidade de reserva de vagas. Os grupos sociais contemplados são: pessoas pretas, pardas, indígenas e com deficiência, em consonância com a Portaria Normativa do MEC nº 13/2016.

Portanto, é essencial promover o diálogo e a conscientização sobre a importância das ações afirmativas na promoção da equidade e da inclusão, destacando os benefícios que essas políticas trazem para a construção de um ambiente acadêmico mais diverso, justo e igualitário. A valorização e a implementação efetiva das ações afirmativas são fundamentais para promover a equidade e combater as desigualdades, contribuindo para a construção de uma sociedade mais justa e inclusiva para todos.

Agradecimentos

Este estudo integra o projeto aprovado e financiado pela Capes – PDPG- Alteridade na Pós-Graduação, intitulado: A política de ação afirmativa em Institutos Federais de Educação: a questão do acesso e permanência dos discentes. Agradecimentos ao financiamento da Capes.

Referências

ARAÚJO, J. A.; MUSIAL, G. B. S.; JESUS, M. L. T. B. A construção da agenda de pesquisas sobre ação afirmativa na pós-graduação brasileira. **Educação & sociedade**, [S. l.], v. 43, p. e254626, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/zy7gbGJ5hzsV9pTWZQCBjtS/>. Acesso em: 29 fev. 2024.

ARRUDA, M. A. A. Reflexões sobre a política de ação afirmativa na pós-graduação stricto sensu nos Institutos Federais de Educação: a questão do acesso e permanência dos discentes. **Revista Educação e Políticas em Debate**, [S. l.], v. 12, n. 2, p. 890–908, 2023. Disponível em: <https://seer.ufu.br/index.php/revistaeducaopoliticas/article/view/67400>. Acesso em: 29 fev. 2024.

BERNARDINO, J. Ação afirmativa e a rediscussão do mito da democracia racial no Brasil. **Estudos afro-asiáticos**, v. 24, n. 2, p. 247–273, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ea/a/3xQ6wKrtF8nn4vWy3wprpp>. Acesso em: 29 fev. 2024.

BERNARDINO-COSTA, J.; GROSGOUEL, R. Decolonialidade e perspectiva negra. **Sociedade e Estado**, [S. l.], v. 31, n. 1,

p. 15–24, 2016. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/se/a/wKkj6xkzPZHGcFCf8K4BqCr/>. Acesso em: 29 fev. 2024.

BORGES, A.; BERNARDINO-COSTA, J. Dessenhizar a academia: ações afirmativas na pós-graduação. **Mana**, [S. l.], v. 28, n. 3, p. e2830401, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/mana/a/NPfq9whrndg5XTZpV3CYcDm/>. Acesso em: 29 fev. 2024.

CASALI, A. M. D. Alteridade. **Fronteira Z. Revista do Programa de Estudos Pós-Graduados em Literatura e Crítica Literária**, [S. l.], n. 21, p. 04–21, 2018. Disponível em: <https://revistas.pucsp.br/index.php/fronteiraz/article/view/38062>. Acesso em: 29 fev. 2024.

CORRÊA, T. H. B. Diálogo e alteridade: a extensão na transversalidade do ensino superior. **Revista Triângulo**, Uberaba - MG, [S. l.], v. 12, n. 1, p. 119–126, 2019. Disponível em: <https://seer.uftm.edu.br/revistaeletronica/index.php/revistatriangulo/article/view/3560>. Acesso em: 29 fev. 2024.

FARINON, M. J. Apresentação: alteridade e educação. **Cadernos de Pesquisas**, [S. l.], v. 48, n. 167, p. 130–135, 2018.

GOMES, N. L.; SILVA, P. V. B. DA; BRITO, J. E. Ações afirmativas de promoção da igualdade racial na educação: lutas, conquistas e desafios. **Educacao & sociedade**, [S. l.], v. 42, p. e258226, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/3PyCNZ5FhDNjchnPBGKhJw/?lang=pt>. Acesso em: 29 fev. 2024.

GOMES, N. L.; XIMENES, S. B. Ações afirmativas e a retomada democrática. **Educacao & sociedade**, [S. l.], v. 43, p. e269417, 2022. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/es/a/pJXJLYybbWzjPhHLmr9Gcbt/>. Acesso em: 29 fev. 2024.

HABOWSKI, A. C.; CONTE, E.; JACOBI, D. F. Alteridade e educação: um diálogo intersubjetivo pelo viés da diversidade. **DOXA: Revista Brasileira de Psicologia e Educação**, Araraquara, [S. l.], v. 20, n. 1, p. 65–79, 2018. Disponível em: <https://periodicos.fclar.unesp.br/doxa/article/view/11273>. Acesso em: 29 fev. 2024.

HALL, Stuart. **A identidade cultural na pós-modernidade**. Rio de Janeiro: DP&A, 2011.

IFMT - Instituto Federal de Educação Ciência e Tecnologia de Mato Grosso (MT). **Pró-Reitoria de Pesquisa. Curso: Mestrado Profissional em Química Tecnológica e Ambiental**. Cuiabá (Mato Grosso), 2020.

MAGALHÃES, M. S.; REAL, C. M. A evasão no contexto da expansão da pós-graduação stricto sensu: uma discussão necessária. **Perspectiva**,

[S. l.], v. 38, n. 2, p. 1–18, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795x.2020.e62019>. Acesso em: 29 fev. 2024.

NETO, F. R. A.; TORRES, M. L. Comunicação intercultural: reflexões e dizeres de uma experiência discente em pós-graduação stricto sensu em educação. **International Journal of Development Research**, [S. l.], v. 10, n. 08, p. 39025-39029, 2020. Disponível em: <https://periodicos.ufsc.br/index.php/perspectiva/article/view/2175-795x.2020.e62019>. Acesso em: 29 fev. 2024.

SANTANA, J. C. Lei de Cotas, Políticas da (In)Visibilidade e Cidadanias Decoloniais. **Educacao e realidade**, [S. l.], v. 48, p. e122396, 2023. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/edreal/a/9BnwTQjktTsc8JSbd8p9qqK/>. Acesso em: 29 fev. 2024.

SANTOS, J. S. *et al.* Políticas afirmativas: acesso e permanência estudantil em universidades públicas. **Novos Olhares Sociais**, [S.l.], v. 5, n. 1, p. 229–255, 2022. Disponível em: <https://periodicos.ufes.br/abepss/article/view/28618/20360>. Acesso em: 29 fev. 2024.

SENKEVICS, A. S. Contra o silêncio racial nos dados universitários: desafios e propostas acerca da Lei de Cotas. **Educação e Pesquisa**, [S. l.], v. 44, n. 0, p. e182839, 2018. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/hczBQtTQgDK6C37gc5N5ZQc/?lang=pt&format=pdf>. Acesso em: 29 fev. 2024.

SILVÉRIO, V. R. Ação afirmativa e o combate ao racismo institucional no Brasil. **Cadernos De Pesquisas**, [S. l.], n. 117, p. 219–246, 2002. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/ep/a/RkKqjbycXDYS93kh8bNdLLs/?lang=pt#>. Acesso em: 29 fev. 2024.

VENTURINI, A. C. Políticas de inclusão na pós-graduação: os bastidores e o histórico da edição da portaria normativa 13/2016. **Novos estudos CEBRAP**, [S. l.], v. 40, n. 2, p. 261–279, 2021. Disponível em: <https://www.scielo.br/j/nec/a/TDWD3B6Kdc3ykmb4jK5hFVz/>. Acesso em: 29 fev. 2024.